



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 202419771

Código MEC: 2367081

Código da Avaliação: 226154

Ato Regulatório: Reconhecimento de Curso

Categoria Módulo: Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 302-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (presencial)

Tipo de Avaliação: Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB

Endereço da IES:

72145 - CAMPUS ESPERANÇA - Praça da Cultura, 32 Centro. Esperança - PB.
CEP:58135-000

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Informações da comissão:

Nº de Avaliadores : 2

Data de Formação: 24/03/2025 14:13:28

Período de Visita: 12/05/2025 a 14/05/2025

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

Cristian Koliver (56971320000)

Eidy Leandro Tanaka Guandeline (85641731900) -> coordenador(a) da comissão

Curso:

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
ÁLVARO MAGNUM BARBOSA NETO	Mestrado	Integral	Estatutário	15 Mês(es)
Andre Atanasio Maranhao Almeida	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
Anne Karine De Queiroz	Mestrado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
Antonio Dias dos Santos Júnior	Mestrado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
Arlindo Garcia de Sá Barreto Neto	Doutorado	Integral	Estatutário	6 Mês(es)
Artur Luiz Torres De Oliveira	Mestrado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
HELTTONN WINICIUS PATRICIO MACIEL	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
Hugo Feitosa de Figueirêdo	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
JAINDSOON VALENTIM SANTANA	Mestrado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
LUCIA DE FATIMA ARAUJO SOUTO BADU	Especialização	Parcial	Estatutário	12 Mês(es)
PEDRO HENRIQUE PINHEIRO XAVIER PINTO	Mestrado	Integral	Estatutário	12 Mês(es)
Renata França de Pontes	Mestrado	Integral	Estatutário	18 Mês(es)
Suemilton Nunes Gervazio	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
VictóriaMaria Santiago de Oliveira	Mestrado	Integral	Estatutário	12 Mês(es)

CATEGORIAS AVALIADAS

ANÁLISE PRELIMINAR

1. Informe o link para a pasta virtual da documentação da IES.

https://docs.google.com/document/d/1ZH5RSA4tnx3xG9BSIm_maqBIWagYhgVL/edit?rtpof=true&sd=true&pli=1&tab=t.0

2. Informar nome da mantenedora.

Código da Mantenedora: 9062

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal

3. Informar o nome da IES.

Código da Mantida: 1166

Nome da Mantida: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Sigla: IFPB

4. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

Segundo dados do PDI:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais.

5. Descrever o perfil e a missão da IES.

Segundo dados do PDI:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, na dicção do artigo 2º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica. A Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015, do Conselho Superior do IFPB (CONSUPER) dispõe sobre o Estatuto da Instituição e, em seu artigo 4º, define que o IFPB tem as seguintes finalidades precípua:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

6. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a existência do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

O IFPB Campus Esperança foi criado a partir do Plano de Expansão da Educação Profissional do Governo Federal por meio da Lei nº 11.892/08. A cidade de

Esperança está na lista dos 20 maiores municípios da Paraíba em relação ao índice de Produto Interno Bruto (PIB). O aumento do PIB municipal vem atraindo a atenção de grandes redes de lojas para a cidade, sinalizando o potencial da região. Considerando o eixo de Tecnologia da Informação voltado para o mercado de software,

que exige alta qualificação, o estado da Paraíba já é bastante reconhecido por sua vocação, estando inserido no circuito nacional e internacional de produção de sistemas e aplicações de software, sobressaindo-se as cidades de Campina Grande e João Pessoa. Destaca-se, ainda, Esperança está próxima de Campina Grande (25km de distância), um importante polo de desenvolvimento e inovação tecnológica para o setor, com startups, empreendedorismo digital, agências de fomento e apoio, empresas e exportação. O setor de TI e de software é considerado estratégico pelo governo brasileiro por representar parte considerável do PIB, Nesse cenário favorável do setor de TI e de desenvolvimento de sistemas de software, ressaltam-se as perspectivas de exploração e aplicação local e regional, em que a presença de um curso nesse eixo se encaixa perfeitamente no fornecimento de recursos humanos altamente especializados e qualificados no processo produtivo de software, atendendo a demanda dos grandes centros produtores da região Nordeste e nacionais, bem como, localmente, de oportunizar a geração de emprego e renda, dentro das perspectivas empreendedoras do arranjo produtivo local por soluções de software. No cenário nordestino, destaca-se também a indústria paraibana de software, por meio do reconhecido polo de pesquisa, desenvolvimento e inovação presente na cidade de Campina Grande, que engloba importantes instituições de ensino, pesquisa, empresas, incubadoras e startups de tecnologia.

7. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

Segundo dados do PDI:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem mais de 100 anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1942; Escola Industrial, de 1942 a 1958; Escola Industrial Coriolano de Medeiros, de 1958 a 1965; Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1965 a 1968; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1968 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com a edição da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

8. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Cód. Curso: 1617070

Modalidade: Presencial

Grau: Tecnológico

Denominação do Curso: ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

9. Indicar a modalidade de oferta.

Modalidade: Presencial

Grau: Tecnológico

10. Informar o endereço de funcionamento do curso.

IES: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB)

Campus: 72145-CAMPUS ESPERANÇA

Praça da Cultura, 32 Centro. Esperança - PB. CEP:58135-000

11. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

O curso está na primeira turma e primeira versão do PPC.

Durante o processo de visita, será analisado os documentos referentes ao PPC junto ao Colegiado e NDE, de forma a sintetizar o processo de melhoria do PPC.

Dados do PPC:

Pode-se colocar como marco inicial do processo de construção, implantação e consolidação do corrente PPC a portaria 81/2024 (datada de 21 de agosto 2024) de nomeação da comissão responsável pelos ajustes no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

O presente ajuste está sendo realizado em PPC aprovado no segundo semestre de 2022, há cerca de 2 anos, e não realiza alteração na matriz curricular do curso. Foca suas alterações em uma alteração no modelo do PPC da instituição e para adequação foram inseridas novas seções, como as que tratam sobre LIBRAS, Nivelamento e Política Institucional de Acessibilidade. Além de ajustes em seções que já existiam, como a seção que apresenta as experiências docentes.

12. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

A Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021, DOU de 06/01/2021, define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Juntamente com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), atualmente na versão de 2024.

O CNCST foi validado junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e publicado pelo MEC por meio da Portaria nº 514, de 4 de junho de 2024.

Aplicam-se, também, Legislações gerais a autonomia universitária com suas legislações internas:

* Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases (LDB) da educação nacional.

* Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que prevê a disciplina LIBRAS como optativa para os cursos de tecnologia.

* Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que preveem políticas de educação ambiental.

* Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 e Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que preveem temática da História escultura Afro-Brasileira e Indígena.

* Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

* Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 e Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, diz respeito às relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira e indígena.

* Resolução CNE/CES n. 7/2018 e Parecer CNE/CES n. 608/2018, sobre a curricularização da extensão, e novo Parecer CNE/CES n. 576/2023, aprovado em 9 de agosto de 2023.

* Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

13. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

NÃO SE APLICA

14. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

NÃO SE APLICA

(somente em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório)

15. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

NÃO SE APLICA

16. Informar o turno de funcionamento do curso.

Turno: Integral

17. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

Carga Horária do Curso (Horas - relógio): 2000 Horas

18. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

Tempo Mínimo: 06 semestres

Tempo Máximo: 09 semestres

19. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

Coordenadora do Curso : Anne Karine De Queiroz (Mestrado em Letras - 2005)

Regime de Trabalho: Integral

Tempo de Exercício: 2014 - atual

Formação acadêmica/titulação

2003 - 2005

Mestrado em Letras.

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

1999 - 2003

Graduação em Letras.

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Formação Complementar

2023 - 2023 - SCRUM PARTE 1: GERENCIE O SEU PROJETO DE FORMA ÁGIL. (Carga horária: 5h). Plataforma Alura, ALURA, Brasil.

2023 - 2023 - GESTÃO ÁGIL: EXPLORANDO CONCEITOS DA AGILIDADE. (Carga horária: 8h). Plataforma Alura, ALURA, Brasil.

2023 - 2023 - AGILIDADE: PROMOVEDO A TRANSFORMAÇÃO ÁGIL. (Carga horária: 6h). Plataforma Alura, ALURA, Brasil.

2023 - 2023 - INTRODUÇÃO Á GESTÃO DE RISCOS. (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2023 - 2023 - Governança de TIC no contexto da transformação digital (turma ABR/2023). (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2023 - 2023 - PRODUCT MANAGEMENT: AGILIZE O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS. (Carga horária: 8h). Plataforma Alura, ALURA, Brasil.

2002 - 2003 - Extensão universitária em Projeto Letramento, gêneros textuais e práticas de. Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Brasil.

2000 - 2002 - Extensão universitária em Projeto Gêneros Textuais na formação de professor. Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Brasil.

2000 - 2001 - Extensão universitária em Superação de Dificuldades Linguísticas do Professo. (Carga horária: 12h). Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Atuação Profissional

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, IFPB, Brasil. (2023 - atual)

- CENTRO UNIVERSITARIO-UNIFACISA, UNIFACISA, Brasil. (2013 - 2013)

- Instituto Federal da Paraíba, IFPB, Brasil. (2014 - atual)

- Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas, CELER/FACISA, Brasil. (2008 - 2014 / 2004 - 2005)

- Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. (2006 - 2008)

- Faculdade do Vale do Ipojuca, FAVIP, Brasil. (2009 - 2011)

- Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional, FADIRE, Brasil. (2007-2011)

- Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, SEPB, Brasil. (2008-2014)

- Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Brasil. (2008-2009)

- Meritus concursos, MERITUS CONC, Brasil.(2010-2013)

- Faculdade de Integração do Sertão, FIS, Brasil. (2011)

- Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE, Brasil. (2006-2009)

- Universidade de Brasília, UnB, Brasil. (2005 -2006)

20. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

Segundo dados da última versão do PPC disponibilizada no sistema INEP/MEC:

Docente - Titulação - Área do Conhecimento

TOTAIS

ESPECIALISTA: 00

MESTRADO: 08

DOUTORADO: 05

$$IQCD = (5D + 3M + 2E + 1G) / (D + M + E + G)$$

$$IQCD = (25 + 24 + 0 + 0) / (13) = 3,77$$

21. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

Segundo dados da última versão do PPC disponibilizada no sistema INEP/MEC:

Docente - Titulação - Área do Conhecimento

ALVARO MAGNUM BARBOSA NETO Mestrado Ciência da Computação

ANDRÉ ATANASIO MARANHÃO ALMEIDA Doutorado Ciência da Computação

ANNE KARINE DE QUEIROZ ALVES Mestrado Letras - Português

ANTÔNIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR Mestrado Ciência da Computação

ARTUR LUIZ TORRES DE OLIVEIRA Mestrado Tecnólogo em Processamento de Dados

HELLTONN WINÍCIUS PATRÍCIO MACIEL Doutorado Administração

HUGO FEITOSA DE FIGUEIRÊDO Doutorado Ciência da Computação

JAINDSOON VALENTIM SANTANA Mestrado Ciência da Computação

LÚCIA DE FÁTIMA ARAÚJO SOUTO BADU Mestrado Letras - Português

PEDRO HENRIQUE PINHEIRO XAVIER PINTO Doutorado Ciências Sociais

RENATA FRANÇA DE PONTES Mestrado Ciência da Computação

SUEMILTON NUNES GERVÁZIO Doutorado Matemática

VICTORIA MARIA SANTIAGO DE OLIVEIRA Mestrado Letras - Inglês

TOTAIS

ESPECIALISTA: 00

MESTRADO: 08

DOUTORADO: 05

22. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

NÃO SE APLICA

23. Informar oferta de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

DISCIPLINA OPTATIVA

Tipo de Disciplina Optativa Carga Horária 33h

Docente Ana Zulema Pinto Cabral da Nóbrega

24. Explicitar a oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

NÃO FOI ENCONTRADO INFORMAÇÕES SOBRE CONVÊNIOS FIRMADOS NO PPC DISPONIBILIZADO

25. Informar sobre a existência de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

NÃO SE APLICA

26. Descrever o sistema de acompanhamento de egressos.

Segundo dados do PPC:

O processo de acompanhamento aos egressos constitui num instrumento que possibilitará uma avaliação contínua da instituição, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa, por meio das experiências vivenciadas pelos formados, em contrapartida ao que eles vivenciaram durante sua graduação.

Dessa forma, o processo de acompanhamento de egresso do CST em ADS será regido pela Resolução-CS nº 43/2017 que dispõe sobre o Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso (PAE) do IFPB. O processo é desenvolvido pela PRAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis conforme resolução em seu artigo 6º que apresenta os objetivos da política de acompanhamento dos egressos dos cursos ofertados pela Instituição.

O IFPB possui o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) para os cursos oferecidos pela instituição, e tem como objetivo propor diretrizes para a organização, funcionamento e práticas a serem implementadas e executadas em todos os campi. O objetivo deste programa é promover ações voltadas para a avaliação dos egressos, com ênfase na sua inserção no mercado de trabalho, nas posições que ocupam, nas experiências profissionais e nas dificuldades enfrentadas. Além disso, busca incentivar a participação desses ex-alunos na vida institucional. (IFPB, 2021a).

27. Informar os atos legais do curso (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso, quando existirem) e a data da publicação no DOU ou, em caso de Sistemas Estaduais, nos meios equivalentes.

Data em que o curso iniciou: 14/03/2024

Tipo de Documento: Resolução

Nº do documento: 25

Data do documento: 16/02/2023

Data de publicação: 16/02/2023

Data de criação do curso: 26/10/2022

28. Indicar se a condição de autorização do curso ocorreu por visita (nesse caso, explicitar o conceito obtido) ou por dispensa.

Data em que o curso iniciou: 14/03/2024

Tipo de Documento: Resolução

Nº do documento: 25

Data do documento: 16/02/2023

Data de publicação: 16/02/2023

Data de criação do curso: 26/10/2022

29. Apontar conceitos anteriores de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, se for o caso.

NÃO SE APLICA

30. Informar o número de vagas autorizadas ou aditadas e número de vagas ociosas anualmente.

Vagas Anuais: 80

31. Indicar o resultado do Conceito Preliminar de Curso (CPC contínuo e faixa) e Conceito de Curso (CC contínuo e faixa) resultante da avaliação in loco, quando houver.

Conceito Institucional: 4 Ano: 2018

Conceito Institucional EaD: 5 Ano: 2019

Índice Geral de Cursos: 4 Ano: 2021

32. Indicar o resultado do ENADE no último triênio, se houver.

Estudantes ainda não participaram do ENADE.

33. Verificar o proposto no Protocolo de Compromisso estabelecido com a Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior (SERES), em caso de CPC insatisfatório, para o ato de Renovação de Reconhecimento de Curso.

NÃO SE APLICA

34. Calcular e inserir o tempo médio de permanência do corpo docente no curso. (Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do(a) coordenador(a) do curso).

Segundo dados do PPC disponibilizado no sistema INEP/MEC:

DOCENTE - MESES

ALVARO MAGNUM BARBOSA NETO - 3
ANDRÉ ATANASIO MARANHÃO ALMEIDA - 11
ANNE KARINE - QUEIROZ ALVES - 21
ANTÔNIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR - 19
ARTUR LUIZ TORRES - OLIVEIRA - 14
HELLTONN WINÍCIUS PATRÍCIO MACIEL - 10
HUGO FEITOSA - FIGUEIRÊDO - 10
JAINDSO VALENTIM SANTANA - 10
LÚCIA - FÁTIMA ARAÚJO SOUTO BADU - 01
PEDRO HENRIQUE PINHEIRO XAVIER PINTO - 01
RENATA FRANÇA - PONTES - 13
SUEMILTON NUNES GERVÁZIO - 18
VICTORIA MARIA SANTIAGO DE OLIVEIRA - 12

TOTAL : 143 MESES (MÉDIA DE 11 MESES)

35. Informar o quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo anterior à avaliação in loco, se for o caso: ingressantes; matriculados; concluintes; estrangeiros; matriculados em estágio supervisionado; matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; participantes de projetos de pesquisa (por ano); participantes de projetos de extensão (por ano); participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano).

SITUAÇÃO DA MATRÍCULA

Ingressantes

80 - 2023

91 - 2024

75 - 2025

Matriculados

60 - 2023

75 - 2024

69 - 2025

Concluintes

0 - 2023

0 - 2024

0 - 2025

Participantes de Projetos de Pesquisas

3 - 2023

8 - 2024

- - 2025

Participantes de Projetos de Extensão

1 - 2023

3 - 2024

- - 2025

Participantes de Projetos Internos e Externos de Financiamento

04 - 2023

14 - 2024

21 - 2025

Estrangeiros

0 - 2023

0 - 2024

0 - 2025

Matriculado em Estágio não obrigatório

0 - 2023

0 - 2024

0 - 2025

Matriculado em Trabalho de Conclusão de Curso

0 - 2023

0 - 2024

0 - 2025

36. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

NÃO SE APLICA

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**4,25**

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

5

Justificativa para conceito 5: O PDI (2020-2024) preconiza que o ensino é a atividade principal do IFPB, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos Campi, sendo essas duas atividades indissociáveis do ensino (p. 116). A partir das reuniões com os docentes, coordenação do curso e discentes, a Comissão constatou que essas diretrizes são, de fato, implantadas no âmbito do CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, já que: a maioria da carga horária semanal dos docentes é dedicada ao ensino (organização de aulas/atendimento a estudantes; ministração de aulas), conforme a Comissão constatou no seus Mapas de Atividades (planos de atividades semanais) de 2025.1 ou 2024.2; as disciplinas Projeto de Software I e Projeto de Software II, focadas na análise, projeto, especificação e implementação de softwares na solução de um problema concreto enfrentado por organização externa à IES permitem que os estudantes realizem a relação entre a teoria e prática, ambas com carga horária total como atividade de extensão; os docentes realizam pesquisas com grupos institucionalizados junto ao CNPq com a participação de bolsistas estudantes do curso; os docentes do curso realizam projetos de extensão, submetidos via edital, no âmbito do curso com a participação de estudantes. O Relatório de Pesquisa e Extensão do CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, de livre acesso, detalha, de maneira pormenorizada, como as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão estão implementadas no âmbito do curso. Tais ações, não só no ensino, mas também na pesquisa e na extensão, fornecem oportunidades para os estudantes reforçarem os conhecimentos necessários para aquisição das habilidades descritas no perfil do egresso do curso. IFPB possui diversos mecanismos para divulgação de resultados e acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão, todos de livre acesso. Isso representa uma prática inovadora para a revisão das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa.

1.2. Objetivos do curso.

5

Justificativa para conceito 5: Os objetivos do curso, constantes no PPC (p. 36 e 37), estão implementados, por meio de: uma grade curricular que contempla disciplinas de formação geral e técnica, sendo que este subconjunto é predominantemente formado por disciplinas voltadas para o desenvolvimento de sistemas de software, objetivo geral do curso, e em consonância com as habilidades esperadas do egresso expressadas na p. 37 do PPC. Esses objetivos visam formar um perfil profissional com as habilidades alinhadas com às necessidades locais e regionais de TI, detalhadas no PPC (p. 24 à 28). Uma prática emergente no campo do conhecimento relacionado ao curso é o uso de Inteligência Artificial na automação das mais diversas tarefas. Inobstante o domínio dessa tecnologia não estar explícito nos objetivos, é inerente alguns deles, como no objetivo específico "Formar tecnólogos de reconhecida qualificação e adaptáveis, *considerando as mudanças sociais e as evoluções tecnológicas*, proporcionando-lhes maior competitividade ao ingressarem no mercado de trabalho" (PPC, p. 37, grifo nosso). (Vale ressaltar que a grade curricular do curso contempla uma disciplina de Inteligência Artificial.)

1.3. Perfil profissional do egresso.

4

Justificativa para conceito 4: O perfil profissional do egresso consta no PPC, na p. 37 e está em consonância com aquele descrito no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia para tecnólogos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Ele descreve as habilidades a serem desenvolvidas pelo discente: analisar, projetar, desenvolver, testar, implantar e manter sistemas computacionais de informação; avaliar, selecionar, especificar e utilizar metodologias, tecnologias e ferramentas de engenharia de software, linguagens de programação e banco de dados; coordenar equipes de produção de software, bem como, realizar vistorias, perícias, avaliações e emitir laudos e pareceres técnicos em sua área de formação. Essas habilidades estão articuladas com as necessidades locais e regionais: o município de Esperança dista apenas 25 km da capital do estado da Paraíba, que possui um Distrito Industrial composto por grandes empresas que têm uma demanda alta por profissionais de Tecnologia da Informação (TI). O perfil profissional do egresso está em alinhado com as necessidades locais e regionais, detalhadas no PPC (p. 24 à 28). O perfil do egresso e as competências a serem desenvolvidas pelos discentes, constantes no PPC, não avançam em relação ao que está expresso no Catálogo Nacional de Cursos Superiores.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

5

Justificativa para conceito 5: A estrutura curricular do CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas consta, no PPC, da p. 39 à p. 60. Alguma flexibilidade curricular é implementada por meio da oferta de componentes curriculares optativos, que o discente pode escolher livremente num rol previamente estabelecido no PPC. A interdisciplinaridade é obtida por meio das disciplinas dos Núcleos de Formação Básica (Inglês Instrumental, Práticas de Leitura e Produção de Textos, Probabilidade e Estatística, Metodologia da Pesquisa Científica, Empreendedorismo). A acessibilidade metodológica - enquanto meio para garantir uma formação sem barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, bem como nas demais atividades acadêmicas dos estudantes - é desenvolvida pela Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), um setor da IES é composto por pedagogos, psicopedagogos, intérpretes de Libras, cuidadores e outros colaboradores (docentes, discentes e profissionais) que têm a responsabilidade de identificar, acolher, atender e acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas, respeitando suas singularidades. A carga horária total do curso - 2000 horas - é a carga horária mínima para CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas constante Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e é compatível em os objetivos do curso e com as ementas das disciplinas. A articulação da teoria com a prática está explicitada na grade curricular (PPC, p. 40 à 42) onde, para cada disciplina, consta a carga horária total e carga horária prática. Ainda, as disciplinas Projeto de Software I e Projeto de Software II (total de 200 horas) possuem um caráter essencialmente prático. O CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas oferece a disciplina de Libras como componente curricular optativo. O curso não oferece mecanismos de familiarização com a modalidade a distância, pois é integralmente presencial. No PPC, a articulação entre os componentes curriculares no percurso é definida, principalmente, por meio de pré-requisitos. As disciplinas Projeto de Software I e Projeto de Software II, que representam 10% da carga total do curso e são ofertadas no quinto e sexto período, respectivamente, funcionam como projetos integradores das disciplinas anteriores. Seu caráter eminentemente prático e extensionista, permite uma articulação entre a teoria e a prática na solução de um problema real da comunidade, tornando-se, assim, mais motivador para o estudante do que o desenvolvimento de um software apenas para fins de avaliação. Essa abordagem é inovadora em CSTs.

1.5. Conteúdos curriculares.

4

Justificativa para conceito 4: Os conteúdos curriculares do CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas que constam em seu PPC (p. 39 à 60) de fato fornecem ao estudante as habilidades esperadas dos egressos e descritas no PPC (p. 37 à 39). A atualização da área é realizada por meio de uma revisão contínua das disciplinas oferecidas, da bibliografia adotada e do uso de metodologias de ensino que integram teoria e prática, conforme registrado nas atas do NDE do curso. Uma disciplina optativa constante na grade curricular do curso também pode, eventualmente, ser utilizada para um tópico que represente o Estado da Arte na Ciência da Computação. As cargas horárias das disciplinas, descritas no PPC, são compatíveis com suas ementas. A bibliografia da maioria das disciplinas é a composta dos principais títulos relacionados aos tópicos abordados. A Comissão não constatou barreiras na metodologia constante nos planos de ensino das disciplinas que prejudiquem a acessibilidade metodológica. A abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental é discutida na disciplina Sociedade e Tecnologia da Informação, a qual possui, dentre os seus objetivos específicos, "discutir o impacto dos recursos tecnológicos no meio ambiente", abordando: problemas de ordem social, econômica e tecnológica; e o meio ambiente e a sustentabilidade no setor de tecnologia da informação (TI)" (PPC, p. 52). As temáticas de direitos humanos, relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena também são abordadas na disciplina supracitada. A Comissão, no PPC, não constatou conteúdos curriculares que façam com que curso se sobressaia dentro da área profissional associada.

1.6. Metodologia.

4

Justificativa para conceito 4: A metodologia do curso é descrita no PPC (p. 53 à 55). Os relatos dos estudantes e professores nas reuniões com a Comissão indicam que a metodologia é adequada para o desenvolvimento dos conteúdos previstos, para o processo de aprendizagem, para o acompanhamento das atividades e para a acessibilidade metodológica. A metodologia contempla, em muitas disciplinas, a execução de trabalhos

práticos, estimulando, assim, a autonomia do discente. Para a maioria dos componentes curriculares, a metodologia usada se baseia numa articulação da teoria com a prática por meio da divisão da carga horária em uma parte ministrada em sala de aula e outra parte nos laboratórios de informática. Isso é reforçado nas disciplinas Projeto de Software I e Projeto de Software II, integralmente práticas e nas quais os estudantes aplicam os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas que as antecedem na construção de um software para solução de um problema real específico. A comissão não identificou elementos inovadores na metodologia constante no PPC e na sua aplicação no contexto do curso.

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). NSA

Justificativa para conceito NSA:O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia não prevê estágio curricular supervisionado para CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não é curso de licenciatura.

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não é curso de licenciatura.

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 5

Justificativa para conceito 5:A Resolução 18/2023 do Conselho Superior do IFPB regulamenta a oferta e o registro das atividades complementares no currículo dos cursos de graduação do IFPB. Conforme o PPC (p. 56), o CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas prevê uma carga horária mínima de cem (100) horas para atividades complementares obrigatórias a serem realizadas pelos estudantes. As atividades complementares deverão estimular a permanência e êxito dos estudantes, na prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização. No PPC, da p. 57 à 60, são descritas as variadas atividades que podem ser aproveitadas como atividades complementares pelos estudantes, com a carga horária associada. As atividades descritas são aderentes à formação geral e específica dos estudantes, contemplando atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico e inovação, participação em eventos científicos, publicações, vivência acadêmica e vivência profissional. A gestão dessas atividades é realizada pela coordenação do curso de forma automatizada, usando módulo específico do sistema acadêmico SUAP, o que facilita a regulação e agiliza os processos de aproveitamento destas atividades pelos discentes.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). NSA

Justificativa para conceito NSA:O curso que não contempla TCC em seu PPC.

1.12. Apoio ao discente. 4

Justificativa para conceito 4:O IFPB possui uma política de assistência estudantil regulamentada por meio da Resolução N° 16 do Conselho Superior, de 02/08/2018. Essa política descreve os programas para operacionalização da política. Para acolhimento e permanência, a IES possui o Programa de Apoio à Permanência do Estudante, o Programa de Alimentação e o Programa de Moradia Estudantil. Para acessibilidade metodológica, há o Programa de Atenção e Promoção à Saúde e o Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação. Dentre ações do programa, está a oferta de intérpretes de Libras e material adaptado.

Ações de monitoria são implementadas no âmbito do O Programa de Monitoria (PROMIFPB; Resolução 13/2023 do Conselho Superior do IFPB). Ações de nivelamento são realizadas no âmbito do Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA, Resolução 38/2022 do Conselho Superior do IFPB). A intermediação e o acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, normatizados pela Resolução 61/2019 do Conselho Superior do IFPB, é realizada por meio da Coordenação de Estágios. Alguns documentos utilizados por ela são: o plano de estágio a ser entregue no início do semestre letivo, assinado pelo professor orientador e pelo supervisor do estágio; o cronograma de reuniões do aluno com o professor orientador; a folha de ponto do aluno, registrando mensalmente seus horários no estágio, assinada pelo professor orientador e pelo supervisor do estágio; o relatório de estágio elaborado pelo aluno a ser entregue ao final do semestre, com a validação do professor orientador (PPC, p. 56). A IES não possui ou não foi demonstrado à Comissão um sistema automatizado para acompanhamento de estágios. Como parte do Programa de Apoio Pedagógico, o apoio psicopedagógico no campus Esperança do IFPB é fornecido por uma equipe multiprofissional composta por uma pedagoga, um técnico em assuntos educacionais, uma assistente social, uma técnica em enfermagem e um assistente de alunos. O campus conta, ainda, com a equipe da Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), formada por uma coordenadora, uma psicopedagoga e um cuidador. Conforme depoimentos na reunião com os discentes, eles não possuem um centro acadêmico. Por outro lado, a IES possui um setor – Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARINTER) - cuja função é: estabelecer relações e gerenciar acordos de cooperação acadêmica com instituições estrangeiras; promover e manter intercâmbios com instituições de ensino superior e da educação profissional, além de outros organismos internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento; formalizar institucionalmente acordos acadêmicos de cooperação e de intercâmbio entre o IFPB e outras instituições de ensino superior e de pesquisa, sediadas em diversos países. A comissão não verificou outras ações de apoio discente, além das supramencionadas, comprovadamente exitosas ou inovadoras.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

5

Justificativa para conceito 5: Inobstante não existir atas do colegiado do curso ou de seu NDE nas quais umas das pautas seja a apresentação e discussão dos resultados da autoavaliação institucional, nas reuniões com a CPA, docentes, discentes e coordenação o curso ficou evidente para a Comissão que a gestão do curso considera a autoavaliação institucional (o curso ainda não sofreu avaliações externas) para melhora contínua de seu planejamento. Nessas reuniões foi evidenciado, também, a apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica. Na reunião com a CPA, ficou claro para a Comissão que existe de processo de autoavaliação periódica do curso.

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA: Curso integralmente presencial.

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA: Curso integralmente presencial.

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

4

Justificativa para conceito 4: As tecnologias de informação e comunicação (TICs) utilizadas no processo de ensino-aprendizagem no contexto do curso são as usuais: cinco laboratórios de informática, sendo quatro equipados com 40 computadores e um com 20, todos com um espaço reservado para cadeirantes, ambientes virtuais de aprendizagem (Moodle e Google Class), projetores e aparelhos de TV disponíveis nas salas de aula e laboratórios de informática, acesso wi-fi à Internet em todo o campus e softwares específicos para as disciplinas constantes na grade curricular. Eles são suficientes para a execução do PPC. A acessibilidade digital e comunicacional é fornecida por meio de: disponibilização de livros no formato digital na biblioteca do campus; acesso aos computadores dos laboratórios de informática do curso e da biblioteca fora do horário de aulas; acesso

dos estudantes à Internet com seus próprios dispositivos móveis via wi-fi do campus. Os AVAs utilizados permitem diversas formas de interatividade entre docentes e discentes e asseguram o acesso a materiais e recursos didáticos a qualquer hora e lugar. A Comissão não identificou TICs que forneçam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:O curso não oferta disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância.

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:O curso não contempla material didático em seu PPC.

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 1

Justificativa para conceito 1:Conforme as atas do Colegiado de Curso disponibilizadas para a Comissão, esse órgão avalia semestralmente os planos das disciplinas e de atividade, que devem conter "obrigatoriamente os critérios, instrumentos e épocas de avaliações nas diversas disciplinas do curso", conforme preconiza o PPC (p. 95). Também, conforme o PPC (p. 85), em consonância com o Art. 33 da Resolução 54 do Conselho Superior do IFPB que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância, "Nesse sentido, a avaliação deve ser compreendida como uma prática diagnóstica e formativa, garantindo a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as provas finais." O Art. 36 da Resolução 54 supramencionada também estabelece que "No início do período letivo, o docente deverá entregar uma cópia do plano de ensino aos discentes, assim como informar os critérios de avaliação, a periodicidade dos instrumentos de verificação de aprendizagem, a definição do conteúdo exigido em cada verificação." Contudo, na metodologia de ensino e critérios de avaliação constante nos Plano de Ensino da maioria das disciplinas do curso (e disponíveis no portal do estudante): não são previstas avaliações diagnósticas; não são previstos os momentos das avaliações no semestre letivo; não são definidos como as avaliações serão usadas na composição do conceito (nota) final; em alguns planos, os critérios de avaliação são vagos (por exemplo, Probabilidade e Estatística, Lógica e Teoria dos Grafos, Sistemas Operacionais). Finalmente, transparece nos Planos de Ensino que aspectos quantitativos e as provas finais prevalecem em relação a aspectos qualitativos na composição da nota final do estudante na disciplina.

1.20. Número de vagas. 5

Justificativa para conceito 5:Conforme o PPC (p. 23), o curso oferta, anualmente, 80 vagas, com 40 vagas por semestre (p. 89). Segundo o Art. 5o da Resolução nº 141 do Conselho Superior da UFPB, o Colegiado do Curso pode propor à Diretoria de Ensino do campus alterações na oferta de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES. As avaliações periódicas realizadas pela CPA fornecem subsídios para o Colegiado do Curso em relação à adequação do corpo docente da infraestrutura física e tecnológica para o número de vagas ofertadas. A comissão também constatou, nas reuniões com os docentes e discente e na visita in loco virtual, que o número de docentes e a infraestrutura comportam o atual número de vagas ofertado.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não é curso de licenciatura.

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não é curso da área da saúde.

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não é curso da área da saúde.

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não é curso de licenciatura.

Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4,90

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE.

5

Justificativa para conceito 5: O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso está constituído seguindo os critérios definidos pelas normativas educacionais vigentes, e pela RESOLUÇÃO Nº 143, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015, que dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, sendo composto por no mínimo cinco docentes do curso, registrados em ATA de Nomeação, o que assegura representatividade e pluralidade na tomada de decisões pedagógicas. Dentre seus membros, há a presença do coordenador de curso, em Regime Integral, conforme exigido, o que garante o alinhamento entre a gestão acadêmica e as diretrizes curriculares discutidas pelo colegiado. A composição do NDE atende aos requisitos de dedicação institucional, com pelo menos 20% dos membros atuando em regime de tempo integral, o que assegura disponibilidade para o planejamento, execução e acompanhamento das ações pedagógicas. Além disso, mais de 60% de seus integrantes possuem titulação stricto sensu, refletindo a qualificação necessária para a condução de processos de avaliação, inovação e atualização curricular – A portaria de Nomeação em vigor é a PORTARIA 87/2024 – DG/ES/RETIRORIA/IFPB, de 28 de agosto de 2024. O NDE exerce papel ativo e contínuo no acompanhamento, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), promovendo estudos sistemáticos sobre o desenvolvimento curricular, coerência entre os componentes e a formação integral do estudante. Tais ações incluem a análise do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem nos resultados formativos, bem como a verificação da pertinência do perfil do egresso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas demandas contemporâneas do mundo do trabalho. Entre os assuntos tratados, em análise das ATAS temos: • Revisão Bibliográfica; • Processo de Avaliação do Curso; • Atualização de Documentação Docente; • Definições em relação ao Colegiado; • Estratégias para melhoria do curso e diminuição da evasão; • Atualizações de Plano de Ensino; • Estudo de Viabilidade e Número de Vagas para o Curso; • Planos de Ação do Coordenador; • Relatório de Adequação Bibliográfica – NDE; • Relatório de Convênios, Pesquisa e Extensão; • Revisão de PPC; Adicionalmente, parte dos membros do NDE permanece desde o último ato regulatório, assegurando a continuidade das ações pedagógicas e o acompanhamento histórico das decisões institucionais, o que fortalece a memória organizacional e a consistência das propostas formativas. Assim, o NDE cumpre integralmente seu papel estratégico na estrutura acadêmica do curso, contribuindo de forma qualificada para a excelência na formação dos estudantes e para a atualização permanente do currículo frente aos desafios da educação superior.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA: O curso não oferta disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância.

2.3. Atuação do coordenador.

5

Justificativa para conceito 5: A coordenadora do curso, ANNE KARINE DE QUEIROS ALVES, nomeada pela PORTARIA 508/2024 - REITORIA/IFPB, de 2 de abril de 2024, tem atuado como coordenadora de curso plenamente alinhada com as diretrizes estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), atendendo com eficácia às demandas acadêmico-administrativas e contribuindo para a qualidade da formação ofertada. Sua gestão tem se mostrado pela articulação eficiente com o corpo docente e discente, evidenciados pelas reuniões como o Corpo Docente

e Discente. A coordenadora mantém representatividade efetiva nos colegiados superiores da instituição, como exemplo cita-se COINOVA – Comitê de Inovação, garantindo a defesa dos interesses do curso e a interlocução com os demais setores institucionais. A condução das ações é baseada em um plano de ação. Foram disponibilizados a comissão de avaliação os Planos de Ação 2024 e 205. Estes estão documentados e compartilhados com a comunidade acadêmica, o que assegura transparência e permite o acompanhamento das metas estabelecidas para o curso. Além disso, há indicadores de desempenho da coordenação disponibilizados publicamente, possibilitando a mensuração das ações realizadas, a avaliação dos resultados alcançados e a retroalimentação das estratégias adotadas. Lembrando que alguns itens são elencados pela CPA – Comissão Própria de Avaliação. A liderança do coordenador também se evidencia na valorização e gestão das potencialidades do corpo docente, estimulando o desenvolvimento profissional, a integração entre os professores e o fortalecimento das práticas pedagógicas. Como exemplo, podemos citar as capacitações entre os docentes para aperfeiçoar os temas tratados nas unidades curriculares. Existe uma “lista” de afastamento para capacitação nas demandas destas unidades curriculares e uma parceria com a Alura – para capacitação do corpo docente. Por meio dessas ações, a coordenação do curso contribui de forma decisiva para a melhoria contínua da qualidade do ensino, assegurando a coerência entre os objetivos institucionais, as exigências do PPC e as expectativas da comunidade acadêmica.

2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso.

5

Justificativa para conceito 5: A coordenadora do curso, ANNE KARINE DE QUEIROS ALVES, nomeada pela PORTARIA 508/2024 - REITORIA/IFPB, de 2 de abril de 2024, sendo o regime de trabalho da coordenadora de curso em tempo integral, o que garante disponibilidade adequada para o exercício pleno das atividades acadêmico-administrativas exigidas pela função. Essa dedicação permite o atendimento eficaz das demandas institucionais, promovendo uma gestão participativa e próxima dos docentes, discentes, comprovado e evidenciado pelas reuniões ocorridas com o Corpo Docente e Discente. A atuação do coordenador é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado com a comunidade acadêmica. Foram disponibilizados a comissão de avaliação os Planos de Ação 2024 e 205. Isto assegura transparência, planejamento estratégico e alinhamento com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Essa organização favorece a gestão contínua das atividades do curso e a tomada de decisões fundamentadas e auxiliadas pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante e Colegiado. O tempo integral também proporciona ao coordenador condições para administrar de forma estratégica o potencial do corpo docente, promovendo integração, valorização profissional e incentivo à qualificação, fatores que impactam diretamente na coesão da equipe e no fortalecimento das práticas pedagógicas. Como exemplo, podemos citar as capacitações entre os docentes para aperfeiçoar os temas tratados nas unidades curriculares. Existe uma “lista” de afastamento para capacitação nas demandas destas unidades curriculares e uma parceria com a Alura – para capacitação do corpo docente. Por fim, a coordenação do curso está inserida no NDE – Núcleo Docente Estruturante, Colegiado e COINOVA – Comitê de Inovação, o que assegura o alinhamento entre a política acadêmica da instituição e as especificidades do curso. Dessa forma, o regime de trabalho do coordenador contribui significativamente para a excelência na condução do curso e para a formação qualificada dos estudantes.

2.5. Corpo docente.

5

Justificativa para conceito 5: São em número de 13 docentes no curso, todos com Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva. Desses, 57% são mestres e 43% são doutores. O corpo docente do curso realiza uma análise criteriosa e contínua dos conteúdos dos componentes curriculares, evidenciado pelos assuntos tratados nas atas do NDE = Núcleo Docente Estruturante e Colegiado, em que são detalhados em item avaliativo próprio. Assim, assegurando a relevância acadêmica e profissional desses conteúdos em consonância com os objetivos de cada disciplina e com o perfil do egresso definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Essa prática contribui para a formação integral dos discentes, promovendo o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas contemporâneas do mundo do trabalho e da pesquisa. Há uma ênfase no acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, muitas vezes integrando descobertas recentes, artigos científicos e debates acadêmicos contemporâneos, o que fortalece a articulação entre ensino e pesquisa, evidenciados pelos projetos junto ao IDE.IA, Sala IF Maker, Sala de Robótica com kits Lego, Arduino e Rasperry. O corpo docente também estimula a produção do conhecimento por meio da criação e participação em grupos de estudo

(Grupos de Pesquisa — Instituto Federal da Paraíba IFPB), projetos de iniciação científica e atividades de extensão (Projeto de Software I e II), incentivando os alunos a publicarem seus trabalhos em eventos acadêmicos e periódicos especializados. Grupos de Pesquisa cadastrados no MEC, com participação dos docentes no curso: • IDE.IA Pesquisa em Inovação, Desenvolvimento e Engenharia com Inteligência Artificial; • IF-Gecomp - Pesquisas em competências comportamentais e educação • Grupo de Estudos em Métodos e Ferramentas para o Ensino • Grupo de Pesquisa em Robótica Educacional • SIMBA (Grupo de Pesquisa em Sistemas de Informações, Multimídia e Bancos de Dados) • Prática Pedagógica e Pesquisa na Educação Básica, Técnica e Tecnológica Territorialidades econômicas e desenvolvimento regional e urbano. • Grupo de Pesquisa em Automação • Engenharia de Software Dessa forma, a atuação docente não apenas garante o cumprimento do conteúdo curricular, mas enriquece o processo formativo ao integrar teoria, prática e pesquisa, promovendo uma formação crítica, ética e inovadora – destaca-se as unidades curriculares Projeto de Software I e II, onde os alunos dão apoio técnico e especializados a comunidade e o IDE.IA que conta com participação de empresas e bolsas para os alunos participantes.

2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso.

5

Justificativa para conceito 5: São em número de 13 docentes no curso, todos com Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva, sendo que 57% possuem titulação de mestre e 43% de doutor. O regime de trabalho do corpo docente do curso é compatível com as demandas acadêmicas e institucionais, garantindo dedicação efetiva às atividades de ensino, orientação, planejamento e avaliação. A carga horária dos docentes possibilita o atendimento integral à docência, bem como o acompanhamento contínuo dos discentes, promovendo uma formação sólida e um relacionamento pedagógico próximo e eficaz, participação no Colegiado, NDE- Núcleo Docente Estruturante, Grupos de Pesquisa entre outros. A atuação docente inclui a participação ativa nos colegiados e comissões do curso, contribuindo para os processos de gestão acadêmica, tomada de decisões coletivas e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Os professores também se dedicam ao planejamento didático-pedagógico, à preparação de aulas e à elaboração e correção de avaliações de aprendizagem, assegurando a coerência entre os objetivos das disciplinas e as estratégias avaliativas adotadas. Observou-se ainda pela documentação disponibilizada a esta comissão, a efetivação de 13 Projetos de Pesquisa e, 07 Projetos de Extensão, no período de 2023 a 2025. Todas essas atividades são devidamente registradas em documentos individuais de atividade docente, que são utilizados de forma sistemática pela coordenação do curso e pela gestão institucional para fins de planejamento, acompanhamento e melhoria contínua. Essa documentação contribui para o monitoramento da atuação docente, identificando boas práticas e pontos de atenção, fortalecendo a qualidade do ensino e a efetividade da formação oferecida. Lembramos ainda, que a CPA – Comissão Própria de Avaliação realiza periodicamente, um formulário para avaliação docente x unidade curricular, para evidenciar pontos fortes e pontos de melhoria junto ao curso. Dessa forma, o regime de trabalho dos docentes viabiliza a excelência acadêmica, a integração com os estudantes, e a efetiva participação na construção e aprimoramento constante do curso.

2.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior. NSA para cursos de licenciatura.

5

Justificativa para conceito 5: O corpo docente do curso é composto por profissionais com experiência consolidada no mundo do trabalho, no total de 09 de 14, totalizando tempo médio em meses de 75 meses, o que contribui significativamente para a qualidade e aplicabilidade do ensino oferecido. Essa vivência prática permite aos docentes contextualizarem os conteúdos teóricos ministrados nas diferentes unidades curriculares com exemplos reais e pertinentes, favorecendo a compreensão dos discentes sobre os desafios e exigências da atuação profissional. A atuação docente reflete uma atualização constante quanto à interação entre teoria e prática, promovendo discussões alinhadas com o mercado de trabalho, evidenciados pelas unidades curriculares de Projeto de Software I e II e os Projetos de Pesquisa e Extensão como os desenvolvidos pelo IDE.IA, com integração em empresas locais. E ainda com os avanços da área de conhecimento a saber Inteligência Artificial e Robótica. Essa conexão possibilita a apresentação de situações-problema, estudos de caso e dinâmicas que aproximam o estudante da realidade profissional, estimulando o pensamento crítico e a capacidade de análise. Foi ainda evidenciado na reunião com os discentes que o Projeto de Software I e II, é realizado uma divisão das tarefas e escopos do projeto, assim desenvolvendo outras habilidades dos alunos. Além disso, os docentes contribuem para o

desenvolvimento de uma visão interdisciplinar ao demonstrar como diferentes saberes se articulam no exercício das funções profissionais, respeitando as especificidades das áreas, mas integrando-as no contexto do trabalho. Essa abordagem amplia a compreensão dos estudantes sobre a complexidade dos cenários profissionais contemporâneos. Por fim, os professores também realizam a análise crítica das competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), via Colegiado e NDE - Núcleo Docente Estruturante, assegurando que os conteúdos abordados nas disciplinas estejam em sintonia com o perfil do egresso, com as exigências do exercício profissional e com as transformações do mundo do trabalho. Em síntese, a experiência profissional do corpo docente enriquece o processo formativo, promove maior engajamento dos estudantes e assegura a formação de profissionais preparados, reflexivos e capazes de aplicar o conhecimento de forma crítica e eficiente em suas futuras atuações.

2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. 5

Justificativa para conceito 5: O corpo docente do curso possui sólida experiência na docência da educação básica, média de 125 meses, o que se reflete diretamente na qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas. Essa vivência prévia permite que os professores identifiquem com precisão as dificuldades de aprendizagem dos alunos, adotando estratégias específicas e eficazes para saná-las, inclusive com discussões junto ao Colegiado e NDE sobre ações para diminuição da evasão do curso. Os docentes demonstram capacidade de comunicar os conteúdos de forma clara e adaptada ao perfil da turma, utilizando uma linguagem acessível e adequada às diferentes realidades dos discentes. Essa habilidade facilita a compreensão dos conteúdos e a participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a experiência na educação básica contribui para a elaboração de atividades contextualizadas e coerentes com os objetivos pedagógicos, promovendo o engajamento dos alunos e fortalecendo a construção do conhecimento. Os professores também aplicam diferentes instrumentos avaliativos, como diagnósticos, avaliações formativas e somativas, utilizando os resultados como base para a reflexão crítica e a reorientação de suas práticas ao longo do período letivo.

Lembrando que estas ações são avaliadas pela CPA – Comissão Própria de Avaliação e repassadas a coordenação de curso para discussão com os docentes. Os docentes se destacam ainda pelo exercício de liderança acadêmica, sendo reconhecidos tanto pela comunidade interna quanto externa por sua produção científica, técnica e didática. Ressalta aqui os grupos de pesquisa e o número de Projetos de Pesquisa e Extensão citados em item avaliativo anterior. Essa atuação fortalece a credibilidade institucional e colabora com a formação integral dos estudantes, sobretudo na articulação entre teoria, prática e realidade educacional brasileira. Dessa forma, a experiência docente prévia na educação básica potencializa o processo formativo, assegura práticas pedagógicas mais sensíveis às necessidades dos discentes e contribui diretamente para a excelência do curso e para a formação de profissionais reflexivos, críticos e preparados para os desafios do ensino.

2.9. Experiência no exercício da docência superior. 5

Justificativa para conceito 5: O corpo docente apresenta experiência consolidada na docência do ensino superior, com média de 81 meses, o que se reflete em práticas pedagógicas eficazes e alinhadas às diretrizes institucionais e às necessidades formativas dos discentes. Tal experiência permite aos professores identificarem com sensibilidade e precisão as dificuldades de aprendizagem dos alunos, promovendo intervenções pedagógicas específicas para superá-las. A exposição dos conteúdos é realizada com linguagem clara, acessível e coerente com o perfil acadêmico da turma, favorecendo a compreensão conceitual e o engajamento dos discentes. Os professores recorrem com frequência a exemplos contextualizados e atuais, relacionados diretamente aos componentes curriculares, tornando a aprendizagem mais significativa e conectada à realidade profissional e social, efetivados pelas unidades curriculares Projeto de Software I e II – atividades extensionistas, Projetos de Pesquisa e Extensão como os desenvolvidos pelo IDE.IA, com a participação de organizações locais. O planejamento pedagógico contempla atividades direcionadas à promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, bem como avaliações diagnósticas, formativas e somativas, aplicadas de forma criteriosa e utilizadas como instrumento de análise da trajetória dos estudantes. Os resultados dessas avaliações são interpretados criticamente pelos docentes, que os utilizam para ajustar suas estratégias de ensino e fortalecer o processo de aprendizagem ao longo do período letivo. Adicionalmente, o corpo docente se destaca pelo exercício de liderança acadêmica, seja na orientação de projetos, na coordenação de grupos de pesquisa e extensão ou na

participação em colegiados e comissões institucionais. Tal atuação é respaldada por produção científica e técnica reconhecida, contribuindo para o fortalecimento do curso e para a formação de profissionais críticos, autônomos e preparados para atuar com excelência em suas áreas. Em item avaliativo anterior foi citado os grupos de pesquisa vinculados ao Campus Esperança, bem como o total de Projetos de Pesquisa e Extensão desenvolvidos pelo curso. Assim, a experiência na docência do ensino superior associada ao compromisso com a qualidade educacional permite ao corpo docente exercer um papel central na promoção da aprendizagem, na melhoria contínua das práticas pedagógicas e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA:Curso totalmente presencial.

2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA:Curso totalmente presencial.

2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

Justificativa para conceito 5:O colegiado do curso encontra-se plenamente institucionalizado e desempenha um papel essencial na governança acadêmica e pedagógica, com representatividade assegurada de todos os segmentos envolvidos, incluindo docentes, discentes e, quando previsto, representantes técnico-administrativos, nomeados pela PORTARIA 56/2025 - DG/ES/REITORIA/IFPB, de 16 de abril de 2025. Essa composição assegura pluralidade de vozes e diversidade de perspectivas, fundamentais para a tomada de decisões qualificadas e alinhadas aos interesses coletivos da comunidade acadêmica. Colegiado: • Anne Karine de Queiroz Alves - Presidente • André Atanásio Maranhão Almeida - Docente Efetivo • Antônio Dias dos Santos Junior - Docente Efetivo • Artur Luiz Torres de Oliveira - Docente Efetivo • Hugo Feitosa de Figueiredo - Docente Efetivo • Victoria Maria Santiago de Oliveira - Docente Externo Titular • Helltonn Winicius Patrício Maciel - Docente Externo Suplente • Hozana Lira da Costa - Representante Pedagógico Titular • Fábio Evangelista Soares - Representante Pedagógico Suplente • Ana Clara Gonçalves da Silva Dias - Representante Discente Titular • Maria Eduarda Souto da Costa - Representante Discente Suplente As reuniões do colegiado são realizadas com a periodicidade estabelecida em regimento, ocorrendo em calendário previamente definido, o que garante regularidade e previsibilidade na condução das ações. Todas as reuniões contam com registro formal por meio de atas, documentando as deliberações e decisões tomadas, as quais são encaminhadas por fluxo administrativo claro e previamente definido, assegurando sua execução e acompanhamento institucional. Resumo de Assuntos Tratados: • Processo de Avaliação do MEC; • Atualização de Documentação dos Docentes; • Monitoria e Planos de Disciplina; • Aquisição de Bibliografia; • Situações pontuais de alunos do curso; • Discussão sobre o Calendário Acadêmico; • Atualizações do PPC; • Afastamento para Capacitação Docente; • Adaptações nas Referências Bibliográficas; • Planejamento Acadêmico para o ano letivo; O colegiado dispõe de um sistema de suporte administrativo e tecnológico que possibilita o registro, acompanhamento e a rastreabilidade de seus processos e decisões, promovendo transparência, organização e eficiência na gestão acadêmica. Além disso, o colegiado realiza avaliações periódicas de seu desempenho, o que permite a identificação de oportunidades de melhoria, o ajuste de práticas de gestão e o fortalecimento de sua atuação estratégica no curso. Essa prática evidencia o compromisso com a melhoria contínua, a responsabilidade compartilhada na condução do projeto pedagógico do curso e o alinhamento às diretrizes institucionais e às demandas da sociedade.

2.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA:Curso totalmente presencial.

2.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Curso totalmente presencial.

2.15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Curso totalmente presencial.

2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 4

Justificativa para conceito 4:Resumo: > Álvaro Magnum Barbosa Neto - 3 > André Atanásio Maranhão Almeida - 7 > Anne Karine de Queiroz Alves - 6 > Antônio Dias dos Santos Junior - 1 > Artur Luiz Torres de Oliveira - 2 > Helltonn Winícus Patricio Maciel - 10 > Hugo Feitosa de Figueirêdo - 13 > Jainsom Valentim Santana - 2 > Lúcia de Fátima Araújo Souto Badu - 8 > Pedro Henrique Pinheiro Xavier Pinto - 25 > Renata França de Pontes - 1 > Suemilton Nunes Gervázio - 18 > Victoria Maria Santiago de Oliveira - 2 > Arlindo Garcia de Sá Barreto Neto - 95

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA

5,00

3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral. 5

Justificativa para conceito 5:Os espaços de trabalho destinados aos docentes em Tempo Integral estão adequadamente estruturados para viabilizar as ações acadêmicas e administrativas necessárias às suas atribuições, especialmente no que se refere ao planejamento didático-pedagógico, ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como ao atendimento a discentes* e orientandos e, lembrando das atividades do NDE e Colegiado do Curso. *O atendimento a discentes é realizado em sala adjacente a sala de coordenação, que podem ser utilizadas também para reuniões mais reservadas. Esses ambientes atendem às necessidades institucionais, oferecendo infraestrutura compatível com a rotina de trabalho dos docentes. É disponibilizado WiFi e mesas com tomadas. Cada professor traz seu próprio equipamento de trabalho como notebooks e tablets para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas. Salienta-se que são duas salas com 03 mesas cada uma, incompatível com o número de docentes em regime integral (34 no total), porém, deve citar que muitos docentes estão presentes em seis laboratórios específicos, deixando o espaço para os professores que não o possuem. A configuração dos espaços não assegura a privacidade necessária a realização de atendimentos a estudantes de forma ética e reservada. A realização de atendimentos de forma reservada é realizada em sala própria para este fim anexa a sala de coordenação, visto que a sala de trabalho dos docentes em tempo integral não possui baias individualizadas, assim como o guarda de material que é feita na sala coletiva de professores, com escaninhos individualizados e chaveados para segurança. Assim, os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral refletem, dentro do possível e das diretrizes da instituição, o compromisso com a qualidade do trabalho docente, promovendo condições adequadas para o desempenho de suas funções com conforto, segurança, privacidade e apoio tecnológico. Também deve-se observar que tanto o Campus e o Curso são novos e vem passando por processos de melhor adequação.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 5

Justificativa para conceito 5:O espaço de trabalho destinado ao coordenador de curso está estruturado para atender de forma eficiente e eficaz às demandas acadêmico-administrativas da função: como atividades de gestão, planejamento, acompanhamento pedagógico e atendimento à comunidade acadêmica, alinhando-se às necessidades institucionais. O local dispõe de equipamentos apropriados, como computador com acesso à internet, duas telas de computador, impressora, telefone institucional e mobiliário ergonômico, que garantem conforto e funcionalidade no cotidiano de trabalho. Além disso, o ambiente proporciona privacidade para o atendimento individual ou em grupo, permitindo a realização de reuniões, escuta ativa de docentes, discentes e técnicos, bem como a mediação de situações acadêmicas com a confidencialidade necessária. Em anexo a sala de coordenação, existe uma sala maior para reuniões, ou para uso de professores para atendimento de alunos, orientados ou para uma conversa mais reservada. A infraestrutura tecnológica diferenciada do espaço oferece suporte a múltiplas formas de trabalho, como videoconferências, gestão de plataformas institucionais (SUAP) e organização de documentos digitais. Isso amplia a capacidade do coordenador de atuar de forma integrada com diferentes setores da instituição e com a comunidade externa, sempre com eficiência e dinamismo. Dessa forma, o espaço destinado ao coordenador

de curso contribui significativamente para a execução das funções inerentes ao cargo, assegurando condições adequadas de trabalho, atendimento e gestão, em consonância com os princípios institucionais de qualidade e organização.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. 5

Justificativa para conceito 5: A estrutura física da sala coletiva de professores definida, por sua vez, é elaborada plenamente dando condições ao trabalho docente. Em relação à mobilidade na sala, as infraestruturas são acessíveis a todos os professores, portas largas de acesso e de mobiliário de altura compatível. Já as TICs são compatíveis com o número total de docentes (34) da instituição: as posições disponíveis na sala não apresentam número condizente com o total de professores. Porém, os professores estão espalhados pelos campus em seus laboratórios específicos. A sala possui 02 computadores, 02 impressoras, 01 scanner e 01 copiadora, suficientes para atender à aula de planejamento, elaboração de materiais e registros acadêmicos. Além disso, a sala destinada à sala coletiva de professores ainda possui espaço para circulação e área de descanso, armários individualizados com chaveamento e apoio técnico administrativo. Além disso, o espaço oferece áreas destinadas ao descanso e à integração dos professores, com poltronas confortáveis, frigobar, micro-ondas e espaços de convivência que estimulam a troca de experiências e o fortalecimento do vínculo entre os profissionais.

3.4. Salas de aula. 5

Justificativa para conceito 5: As salas de aula da instituição atendem de forma satisfatória às necessidades institucionais e específicas dos cursos ofertados, contribuindo para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Os ambientes passam por manutenção periódica preventiva e corretiva, o que assegura boas condições de uso contínuo, com infraestrutura adequada para as atividades acadêmicas. Em termos de conforto, as salas são equipadas com mobiliário ergonômico e ventilação adequada (natural/janelas ou artificial/ar condicionado), espaço para cadeirantes. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) estão disponíveis de forma compatível com as demandas pedagógicas, incluindo projetores multimídia, WiFi acesso à internet, quadros brancos e TV. Além disso, o espaço físico das salas de aula oferece flexibilidade para diferentes configurações, inclusive foi apresentado o espaço conhecido como "Abraço Literário", sala de aula diferenciada, permitindo a reorganização do mobiliário de acordo com a proposta didática — como trabalhos em grupo, dinâmicas, rodas de conversa ou exposições tradicionais. Essa adaptabilidade favorece metodologias inovadoras e diversificadas, promovendo a participação ativa dos estudantes e a ampliação das estratégias pedagógicas. Portanto, as condições observadas nas salas de aula evidenciam um ambiente estruturado para atender às exigências institucionais e curriculares, com infraestrutura adequada, recursos tecnológicos disponíveis e um espaço flexível que estimula distintas formas de ensinar e aprender. Ainda foram apresentados a sala IF Maker, Laboratório IDE.IA e a Sala de Robótica, espaços também utilizados pelos alunos do curso de ADS, em que estes recursos vem se mostrando práticas comprovadamente exitosas, inclusive com a execução de Projetos de Extensão nestes espaços. Como observação, uma possível melhoria na sala de aula, seria a disponibilização de mais tomadas (hoje em número de 08) para alunos que tragam seus computadores ou tablets para a sala de aula, puderem recarregar seus dispositivos móveis.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. 5

Justificativa para conceito 5: O laboratório de informática, bem como os demais meios de acesso a equipamentos de informática disponibilizados aos discentes, atendem de forma efetiva às necessidades institucionais e específicas do curso, garantindo suporte adequado às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A disponibilidade de equipamentos é compatível com a demanda estudantil – laboratórios de 40 e de 20 máquinas, permitindo o uso simultâneo por um número significativo de alunos, sem prejuízo à qualidade do trabalho realizado. O ambiente oferece conforto, com mobiliário ergonômico, climatização adequada e iluminação eficiente, favorecendo a permanência prolongada dos estudantes em atividades acadêmicas - todas as salas possuem ar-condicionado. Além dos laboratórios específicos do curso, os alunos ainda contam com os computadores disponibilizados no ambiente da biblioteca. Cita-se ainda, que foi apresentado a comissão de avaliação o Regulamento dos Laboratórios, Mapa de Risco dos Laboratórios, Normativa Institucional sobre os Procedimentos para Utilização dos Laboratórios, bem como o Plano de Acessibilidade

Institucional. A infraestrutura tecnológica é atualizada, com hardware e software compatíveis com os requisitos das disciplinas e dos programas institucionais utilizados, assegurando o bom desempenho das ferramentas digitais empregadas nos cursos. Em reunião com o corpo discente, os aplicativos são de uso gratuito, com isto os alunos possuem cópias destes softwares em seus computadores pessoais ou notebooks. A conexão à internet é estável e apresenta velocidade adequada tanto na rede cabeada quanto na rede sem fio, possibilitando o uso de plataformas educacionais, pesquisas online, videoconferências e demais atividades que demandam acesso contínuo à rede. Além disso, o espaço físico é adequado, organizado e acessível, garantindo circulação segura e disposição funcional dos equipamentos, sempre com um responsável pelo espaço. **O laboratório passa por avaliações periódicas quanto à sua qualidade, inclusive pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, pertinência e atualização, o que permite ajustes constantes e alinhamento com as demandas acadêmicas em evolução. Dessa forma, o ambiente de informática contribui de maneira efetiva para a formação discente, oferecendo condições tecnológicas e físicas que favorecem uma aprendizagem significativa e integrada às exigências contemporâneas do processo educativo.**

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).

5

Justificativa para conceito 5: O acervo bibliográfico da instituição de ensino superior (IES) atende de forma plena às exigências institucionais e acadêmicas, tanto em sua modalidade física quanto virtual. O acervo físico encontra-se devidamente tombado e informatizado pelo sistema KOHA (<https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/koha>), garantindo o controle patrimonial, a rastreabilidade e a organização sistemática das obras. Já o acervo virtual possui contratos vigentes que asseguram o acesso contínuo e ininterrupto aos usuários, respeitando os princípios de disponibilidade e acessibilidade, com os registros formalmente vinculados à IES. Resumo dos dados físicos da biblioteca: 2700 títulos, 02 mesas redondas para 06 cadeiras, 10 cabines para estudos individualizados e escaninhos para guarda de material. Observa-se ainda que a IES recebeu verba para expansão do espaço da biblioteca e que, pelas ATAS do colegiado, uma destinação de verba foi vinculada a compra/aquisição de livros para o curso. A bibliografia básica contempla, de maneira adequada e atualizada, as unidades curriculares e os conteúdos descritos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), respeitando a natureza das disciplinas e a evolução dos campos do saber. Tal adequação está devidamente referendada por relatório de compatibilidade assinado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) – anos de 2024 e 2025, o qual demonstra a coerência entre os títulos indicados, a quantidade de exemplares (ou licenças de acesso digital), e o número de vagas autorizadas no curso e em outros cursos que compartilham o mesmo acervo. No que se refere ao acervo digital, há garantia de acesso físico na instituição, com infraestrutura tecnológica adequada, estações de trabalho, conexão estável à internet e ferramentas de acessibilidade, que permitem a utilização dos recursos por estudantes com diferentes necessidades. Além disso, a instituição disponibiliza soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, promovendo a equidade no acesso ao conhecimento. Citamos abaixo as bibliotecas digitais disponíveis na instituição: • Gedweb; • Repositório Digital; • Periódicos Capes; • Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; • Portal Domínio Público; • SciELO. O acervo também inclui periódicos especializados, físicos e/ou digitais, que complementam os conteúdos abordados nas unidades curriculares, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e incentivando a produção acadêmica e científica. Por fim, a gestão do acervo é dinâmica e responsiva às demandas acadêmicas, com monitoramento constante da utilização dos materiais e atualização periódica de títulos e licenças mais acessadas. A IES adota um plano de contingência para assegurar a continuidade do acesso e do serviço, mesmo em situações excepcionais, demonstrando compromisso com a qualidade acadêmica e com a formação integral dos estudantes. Foi ainda apresentado a esta comissão os seguintes documentos relativos a biblioteca: PPC do curso de ADS/Esperança → Plano de Acessibilidade Institucional → Acesso ao Sistema Koha → Regimento Institucional Geral das Bibliotecas → Política Institucional que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas → Acesso Institucional do Periódico CAPES → Política Institucional que cria o Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas → Política Institucional de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas → Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico → Referendo do NDE de Adequação da Bibliografia Básica e Complementar do Curso - 2024 → Referendo do NDE de Adequação da Bibliografia Básica e Complementar

do Curso - 2025 → Plano de Contingenciamento da Biblioteca → Relatório de Bibliografia Suplementar - 2024 → Relatório de Bibliografia Suplementar - 2025

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: O acervo bibliográfico da instituição de ensino superior (IES) atende de forma plena às exigências institucionais e acadêmicas, tanto em sua modalidade física quanto virtual. O acervo físico encontra-se devidamente tombado e informatizado pelo sistema KOHA (<https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/koha>), garantindo o controle patrimonial, a rastreabilidade e a organização sistemática das obras. Já o acervo virtual possui contratos vigentes que asseguram o acesso contínuo e ininterrupto aos usuários, respeitando os princípios de disponibilidade e acessibilidade, com os registros formalmente vinculados à IES. Resumo dos dados físicos da biblioteca: 2700 títulos, 02 mesas redondas para 06 cadeiras, 10 cabines para estudos individualizados e escaninhos para guarda de material. Observa-se ainda que a IES recebeu verba para expansão do espaço da biblioteca e que, pelas ATAS do colegiado, uma destinação de verba foi vinculada a compra/aquisição de livros para o curso. A bibliografia básica contempla, de maneira adequada e atualizada, as unidades curriculares e os conteúdos descritos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), respeitando a natureza das disciplinas e a evolução dos campos do saber. Tal adequação está devidamente referendada por relatório de compatibilidade assinado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) – anos de 2024 e 2025, o qual demonstra a coerência entre os títulos indicados, a quantidade de exemplares (ou licenças de acesso digital), e o número de vagas autorizadas no curso e em outros cursos que compartilham o mesmo acervo. No que se refere ao acervo digital, há garantia de acesso físico na instituição, com infraestrutura tecnológica adequada, estações de trabalho, conexão estável à internet e ferramentas de acessibilidade, que permitem a utilização dos recursos por estudantes com diferentes necessidades. Além disso, a instituição disponibiliza soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, promovendo a equidade no acesso ao conhecimento. Citamos abaixo as bibliotecas digitais disponíveis na instituição: • Gedweb; • Repositório Digital; • Periódicos Capes; • Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; • Portal Domínio Público; • SciELO. O acervo também inclui periódicos especializados, físicos e/ou digitais, que complementam os conteúdos abordados nas unidades curriculares, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e incentivando a produção acadêmica e científica. Por fim, a gestão do acervo é dinâmica e responsiva às demandas acadêmicas, com monitoramento constante da utilização dos materiais e atualização periódica de títulos e licenças mais acessadas. A IES adota um plano de contingência para assegurar a continuidade do acesso e do serviço, mesmo em situações excepcionais, demonstrando compromisso com a qualidade acadêmica e com a formação integral dos estudantes. Foi ainda apresentado a esta comissão os seguintes documentos relativos a biblioteca: PPC do curso de ADS/Esperança → Plano de Acessibilidade Institucional → Acesso ao Sistema Koha → Regimento Institucional Geral das Bibliotecas → Política Institucional que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas → Acesso Institucional do Periódico CAPES → Política Institucional que cria o Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas → Política Institucional de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas → Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico → Referendo do NDE de Adequação da Bibliografia Básica e Complementar do Curso - 2024 → Referendo do NDE de Adequação da Bibliografia Básica e Complementar do Curso - 2025 → Plano de Contingenciamento da Biblioteca → Relatório de Bibliografia Suplementar - 2024 → Relatório de Bibliografia Suplementar - 2025

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: NÃO SE APLICA. LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO BÁSICA: > LABORATÓRIO DE QUÍMICA > LABORATÓRIO DE FÍSICA > LABORATÓRIO DE BIOLOGIA > LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA Geralmente utilizado nos cursos de

Licenciatura, ou cursos de Engenharia vinculados a uma das áreas laboratoriais acima descritos. Este item, descrito em detalhes no formulário pela IES, foi avaliado no item subsequente: Laboratório Didático de Formação Específica.

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. 5

Justificativa para conceito 5: Os laboratórios didáticos da instituição atendem de forma plena às necessidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sendo estruturados de acordo com as normas de funcionamento, utilização e segurança vigentes. Esses espaços estão alinhados aos objetivos formativos do curso, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento de atividades práticas, experimentais e de aplicação do conhecimento teórico. São ao todo 03 laboratórios de 40 máquinas e 02 laboratórios de 20 máquinas, com configuração Core i5 e 16 GB de RAM – com recursos de acessibilidade. Os ambientes laboratoriais oferecem conforto e acessibilidade, com ventilação natural (janelas) e artificial (ar-condicionado), iluminação, mobiliário ergonômico e sinalização adequada. Contam ainda com serviços de manutenção periódica, o que assegura a preservação da infraestrutura e o funcionamento contínuo dos equipamentos. A presença de apoio técnico qualificado contribui significativamente para o suporte às aulas, ao uso seguro dos materiais e à mediação de práticas acadêmicas. No que se refere aos recursos tecnológicos, os laboratórios são equipados com ferramentas de tecnologias da informação e comunicação (TIC) compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas, incluindo acesso à internet, softwares específicos, projetores, computadores e demais dispositivos necessários à dinâmica pedagógica. A quantidade de insumos, materiais e equipamentos é coerente com o porte dos laboratórios e com o número de vagas autorizadas para o curso (80 anuais), permitindo a participação efetiva dos estudantes nas práticas. Além disso, há avaliações periódicas quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos ambientes, cujos resultados são sistematicamente considerados pela gestão acadêmica na formulação de planos de melhoria e incremento da qualidade do atendimento às aulas práticas, considerando tanto as necessidades atuais quanto as demandas futuras. Além destes laboratórios, cita-se a existência dos laboratórios IF Maker, laboratório de Robótica e o espaço do Projeto IDE.IA – com viés a Inteligência Artificial. Essas ações demonstram o compromisso institucional com a excelência no ensino e com a formação qualificada dos estudantes, garantindo que os laboratórios cumpram sua função estratégica no processo de aprendizagem.

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não é curso da área de saúde.

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não é curso da área de saúde.

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não é curso da área de saúde.

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não é curso da área de saúde.

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: O curso não contempla material didático no PPC.

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não é Curso de Direito.

3.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Este Comitê está homologado pelo REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. O CEP/IFPB atende às disposições constantes nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) bem como às demais normas expedidas por este Conselho. O CEP mantém relações institucionais com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e organizações afins. Porém, não foi encontrado Projetos de Pesquisa ou Extensão que envolvam humanos na área da saúde.

3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas. NSA

Justificativa para conceito NSA: O curso não contempla, no PPC, a utilização de animais em suas pesquisas.

Dimensão 4: Considerações finais.

4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Cristian Koliver
Eidy Leandro Tanaka Guandeline

4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Código da Avaliação: 226154

4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

IES: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB)

Campus: 72145-CAMPUS ESPERANÇA

Endereço: Praça da Cultura, 32

Bairro: Centro

UF: Paraíba

Cidade: Esperança

CEP:

58135-000

Relato de Divergência, porém o endereço real, constante em vídeo da análise da infraestrutura, demonstra as edificações do Campus Esperança com as devidas nomenclaturas e identificação da IES.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB CAMPUS ESPERANÇA

ENDEREÇO DA IES: Acesso Rodovia PB 121, S/N, Km, CEP: 58135-000, Esperança/PB

Texto em resposta a Divergência enviado pela IES:

"Consta na base de dados oficial o seguinte endereço: PB/Esperança - Centro - Praça da Cultura, nº 32. No entanto, informa-se que o campus funciona atualmente no endereço correto: Acesso Rodovia PB-121, S/N, Km, CEP: 58135-000, Esperança/PB. O IFPB já apresentou todos os documentos comprobatórios referentes à titularidade e ao registro do imóvel no endereço atual, que abriga regularmente todas as atividades acadêmicas, administrativas e de extensão do campus. Tais documentos incluem registros imobiliários, documentos de posse, e registros institucionais atualizados. Assim, a divergência observada no sistema e-MEC decorre de um erro meramente cadastral, não refletindo a realidade física e jurídica da instituição. O IFPB está ciente da inconsistência e já tomou as providências cabíveis junto aos órgãos competentes para a atualização da informação no sistema, assegurando a devida regularidade dos dados institucionais. "

4.4. Informar o ato autorizativo.

Data de início do curso: 14/03/2024

Tipo de Documento: Resolução interna

Nº do documento: 25

Data do documento: 16/02/2023

Data de publicação: 16/02/2023

Data de criação do curso: 26/10/2022

4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas atuais.

Cód. Curso: 1617070

Modalidade: Presencial

Grau: Tecnológico

Denominação do Curso: ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Vagas Totais Anual: 80

Carga Horária do Curso (Horas - relógio): 2000 Horas

4.6. Explicitar os documentos usados como base para a avaliação (PDI e sua vigência; PPC; relatórios de autoavaliação - informar se integral ou parcial; demais relatórios da IES).

Documentos a serem verificados:

- Atas de Defesa dos docentes aceitas com validade de um ano
- Atas de Reuniões do Colegiado
- Atas de Reuniões do NDE
- Atas de Reuniões com os Professores

- Atas de Reuniões CPA em relação ao Curso
- Atas e Portarias junto ao MEC
- Atas do Conselho Superior vinculados ao curso
- Atas ou Relatórios da Equipe Multidisciplinar
- Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
- Cópias dos Comprovantes de Titularidade
- Diretrizes Curriculares Nacionais
- Documentação comprobatória de produção científica dos últimos 03 anos
- Documentos referentes ao Apoio Docente
- Documentos referentes ao Apoio Discente
- Mapas de Atividades dos docentes
- Plano de Carreira Docente
- Plano de Qualificação Docente
- Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção de Equipamentos
- Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024)
- Portaria de nomeações do NDE
- Portarias de Nomeações da CPA – últimas 03 nomeações
- Portaria de Nomeações do Colegiado
- Projetos e Relatórios de Atividades Complementares
- Projetos e Relatórios de Monitoria
- Projetos e Relatórios de Extensão
- Projetos e Relatórios de Pesquisa
- Projetos e Relatórios de Nivelamento
- Projeto Pedagógico do Curso (PPC)
- Regulamento de TCC
- Regulamento de Atividades Complementares
- Regulamento de Estágio
- Regulamento de Uso dos Laboratórios
- Regulamento do Uso da Biblioteca
- Relatório de Pesquisa e Extensão do CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Relatórios de Indicadores do ENADE
- Relatório da CPA (2024)
- Relatórios da Ouvidoria Institucional em relação ao curso
- Resolução 16/2018 do Conselho Superior do IFPB
- Resolução 18/2023 do Conselho Superior do IFPB
- Resolução 38/2022 do Conselho Superior do IFPB
- Resolução 61/2019 do Conselho Superior do IFPB
- Resolução 54 do Conselho Superior do IFPB
- Resolução nº 141 do Conselho Superior da UFPB

- Tabela de Experiência Docente em Ensino Superior, com link direto ao Currículo Lattes
- Tabela de Vínculo Professor-Disciplina com carga horária e Regime de Trabalho
- Termos de Compromisso dos docentes com a IES
- Outros documentos relativos a novas legislações e para comprovação de itens de avaliação do instrumento

4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

DIMENSÃO 1: as ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso estão alinhadas com as políticas institucionais em relação ao ensino, pesquisa e extensão, constantes no PDI (2020-2024) e reforçam o perfil do egresso pretendido. Os objetivos do curso são atendidos por sua estrutura curricular. O perfil profissional do egresso consta no PPC e está em consonância com aquele descrito no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia para tecnólogos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, mas as competências a serem desenvolvidas pelos discentes não avançam em relação ao que está expresso no catálogo. Sua estrutura curricular favorece a relação teoria-prática. Os conteúdos curriculares fornecem ao estudante as habilidades esperadas dos egressos e descritas no PPC, são revisados e possuem uma bibliografia adequada. As metodologias de ensino favorecem a integração entre a teoria e a prática e atendem a legislação vigente, como: Resolução CNE/CP nº 02/2012, Resolução CNE/CES nº 07/2018, Lei nº 11.645/2008 e a Lei nº 10.639/2003; os conteúdos curriculares não apresentam características que façam com que o curso se sobressaia dentro da área profissional associada. A metodologia da maioria das disciplinas privilegia a articulação da teoria com a prática, mas não possui elementos inovadores. A carga horária total do curso contempla horas para atividades complementares obrigatórias, sendo que o PPC descreve claramente quais as atividades são válidas, com a carga horária associada, contemplando atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico e inovação, participação em eventos científicos, publicações, vivência acadêmica e vivência profissional. A gestão dessas atividades é realizada pela coordenação do curso de forma automatizada. O curso realiza várias ações para acolhimento e permanência dos estudantes, como apoio psicopedagógico, nivelamento e monitoria. Os estudantes do curso não possuem um centro acadêmicos e desconhecem seu papel. A IES possui um setor para promover ações internacionais, como intercâmbios de estudantes com instituições de ensino estrangeiras. Não há ações de apoio discentes comprovadamente exitosas ou inovadoras além das mencionadas anteriormente. O curso é avaliado periodicamente pela CPA e sua gestão do curso considera aos resultados da autoavaliação para melhoria contínua de seu planejamento. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) utilizadas no processo de ensino-aprendizagem no contexto do curso são as usuais, mas são suficientes para a execução de seu PPC. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação de muitas disciplinas do curso não são claros e objetivos e, muitas vezes, conflitam com o preconizado no PPC para avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. O número de docentes e a infraestrutura comportam o atual número de vagas ofertado (80 por ano) bem como as necessidades do mercado.

DIMENSÃO 2: O Núcleo Docente Estruturante - NDE, está organizado conforme a legislação estabelecida e, pela análise das atas das reuniões, tem desempenhado as ações por ele esperado, seguindo também o regimento interno. A coordenação do curso atua na IES em regime de tempo integral, apresenta-se proativa em relação às atividades didáticas e administrativas do curso, procurando sempre trabalhar aspectos que possam melhorar o curso, levando em consideração a comunicação com todos os envolvidos. O corpo docente, com experiência no ensino básico e superior e contendo professores com experiência no mundo do trabalho, consegue trazer para dentro do curso experiências que envolvem teoria e prática, inclusive com atividades de extensão, como as disciplinas de Projeto de Software I e II, em que os estudantes se integram à realidade da profissão e experimentam suas habilidades desenvolvidas no curso. O colegiado, como o NDE, está institucionalizado, com regulamento interno próprio, que segue a legislação vigente e, que pela análise das atas das reuniões, tem seu papel sendo cumprindo para as discussões do curso. Com relação à produção dos docentes, destacam-se vários professores com alto índice de publicação, o que reflete no desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa dentro do curso.

Dimensão 3: O Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral oferece alguns dos requisitos apontados pelo instrumento avaliativo; outros aspectos são sanados pelo uso de salas adjacentes. Como exemplo, pode-se citar o atendimento de forma reservada, realizado em outra sala, visto que não há sala individualizada para os professores em tempo integral e, sim, uma sala coletiva. Já a sala coletiva dos professores, oferece todos os itens descritos

e apontados por este instrumento, inclusive itens que promovem também o descanso e a interação entre os docentes. As salas de aula são condizentes com as necessidades do curso e com a legislação, oferecendo acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, sendo salas amplas, bem iluminadas, com ar-condicionado, quadro branco e TV. O que a comissão observou foi a pouca quantidade de tomadas a disposição dos alunos para que os mesmos carreguem seus dispositivos eletrônicos como notebooks e tablets. Os laboratórios de informática possuem recursos adequados ao desenvolvimento das habilidades e competências descritas no PPC, possuindo número de laboratórios e máquinas condizentes com o número de vagas ofertadas. Os softwares são de acesso livre, o que garante que os alunos tenham cópias em seus notebooks e computadores pessoais para o desenvolvimento de suas atividades e, podem utilizar dos espaços dos laboratórios em horários em que os mesmos se encontram livres.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

Em visita virtual para Reconhecimento de Curso denominado conforme o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ADS - Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, código de avaliação 226154, sob o número de processo 202419771, ocorrida no período de 12/05/2025 a 14/05/2025, junto a Instituição de Ensino Superior INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB, a Comissão de Avaliação designada pelo MEC/INEP por ofício aos avaliadores: Cristian Koliver e Eidy Leandro Tanaka Guandeline (ponto focal), tiveram seus trabalhos executados de forma transparente e seguindo as normas para este processo, auxiliados pelos documentos disponibilizados de forma eletrônica e informado neste instrumento. Todas as etapas apontadas no agendamento foram cumpridas e as dúvidas desta comissão foram sanadas de forma rápida e eficaz pela coordenadora do curso Anne Karine De Queiroz. A visão geral desta comissão em relação ao curso, é que o mesmo tem grande potencial para crescimento, visto a região em se encontra e, vem atraindo mais alunos que são motivados pelas experiências dos alunos já presentes no curso. O curso possui uma infraestrutura nova e adequada a demanda do curso, inclusive para possíveis aumento da demanda, além do que o corpo docente possui experiência na educação básica, superior e do mundo do trabalho. A área de extensão é realizada com as disciplinas Projeto de Software I e II que aplicam o conceito de teoria e prática da profissão, além do que o desenvolvimento de habilidades como trabalho em equipe e responsabilidade social, visto que o atendimento desta unidade curricular, hoje se concentra em desenvolvimento de aplicativos para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Destaca-se ainda a existência de laboratório de robótica, espaço MAKER e o projeto IDE.IA que traz recursos externos para o desenvolvimento de aplicações ligadas a área de Inteligência Artificial. Observamos e relatamos em item próprio do instrumento a divergência de endereço do formulário em relação ao endereço real da instituição, em que pela análise dos documentos apresentados e pelo vídeo da análise da dimensão 3, infraestrutura, observa-se as edificações devidamente identificadas, salienta-se que a IES já encaminhou esclarecimentos junto ao INEP. Sem mais, esta comissão fecha este processo de avaliação, reafirmando os itens e conceitos aplicados mediante a análise das evidências apresentadas neste processo.

CONCEITO FINAL CONTÍNUO

4,74

CONCEITO FINAL FAIXA

5